

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 79/2021

Súmula: Altera a Lei Municipal nº 3.675, de 06 de novembro de 2019.

Vem para análise dessa Assessoria o Projeto de Lei nº 79/2021 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto alterar a Lei Municipal nº 3.675/2019.

Com relação a competência desta Comissão o Regimento Interno deste Poder Legislativo diz em seu artigo 49 que:

**Art. 49** - A análise das proposições compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação **quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e de técnica legislativa de todas as proposições**, salvo as exceções previstas neste Regimento Interno;

**Art. 51** - À Comissão de Legislação, Justiça e Redação **cabe examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.**

§ 1º - Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição será arquivada após a leitura em Plenário, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros do Poder Legislativo, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Comissão Executiva que submeta o parecer à deliberação do Plenário.

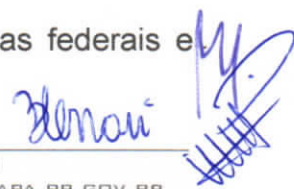
§ 3º - No caso do parágrafo anterior, aprovado o parecer em discussão e votação única pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devem manifestar-se sobre o mérito.

§ 4º - Se o parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva se insanável, ou emenda modificativa se sanável, a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Em sede de justificativa, o Poder Executivo demonstra que a alteração pretendida é para aumentar o valor mensal repassado ao lar de Idosos São Vicente de Paulo, a partir de novembro de 2021, passando este valor de R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos) para R\$ 46.600,00 (quarenta e seis mil e seiscentos).

Sobre o tema nossa Lei Orgânica diz que:

**Art. 8º** - Compete ao Município, obedecidas às normas federais e estaduais pertinentes:



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(..)

IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

Após a emissão dos pareceres das Comissões, a propositura poderá ser incluída em Ordem do Dia e deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação (art. 124 do R.I.).

O quórum para deliberação da matéria é o da maioria absoluta e o para aprovação o da maioria simples. (art.19 da Lei Orgânica).

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao mesmo.

É o parecer.

Lapa, 22 de outubro de 2021.



Marco Antônio Bortoletto  
Presidente

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 2396/2021  
Data: 26/10/2021 - Horário: 14:22  
Administrativo



Vilmar C. Pávoro Purga  
Membro



Brenda Ferrari da Silva  
Relator

ANEXO 52 AO  
PROJETO  
26/10/2021



GUSTAVO DAOU  
Relator Presidente